Acervo ISA

CEDI

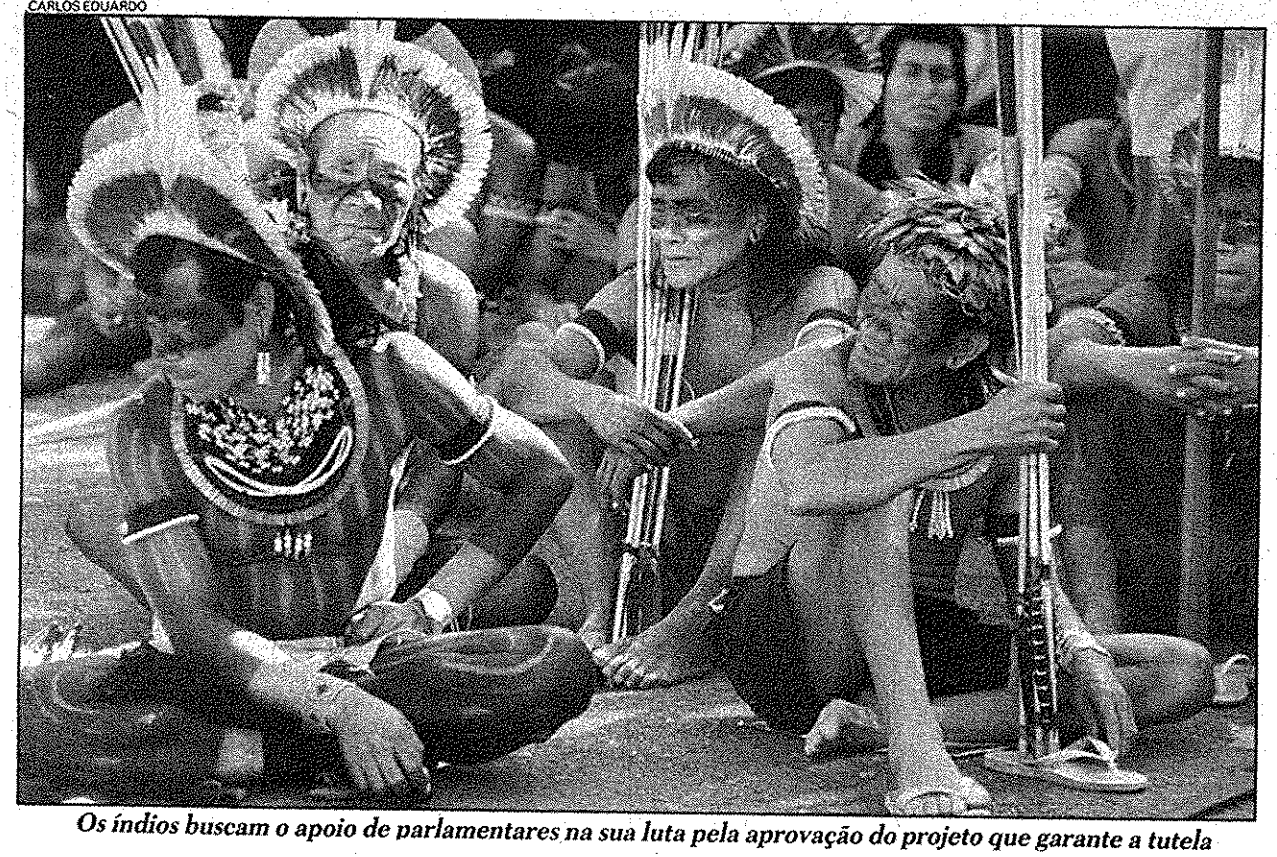
Povos Indígenas no Brasil

Fonte Correio Braziliense Class.: Kaiapó MeKragnoti

Data 10/08/93 Pg.: 13 154

Operação apreende 5.400 toras de mogno

CARLOS EDUARDO



Os índios buscam o apoio de parlamentares na sua luta pela aprovação do projeto que garante a tutela

O Ministério do Meio Ambiente, em uma ação de investigação conjunta com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apreendeu, neste final de semana, 5 mil 400 toras de mogno, no município de São Félix do Xingu, no sul do Pará. A apreensão, considerada uma das maiores que se tem notícia, torna o episódio bastante grave uma vez que foi constatada a participação de índios caiapós na extração irregular da madeira, segundo informou, ontem, durante coletiva, o ministro do Meio Ambiente, Fernando Coutinho Jorge.

A denúncia sobre a retirada do mogno naquela região surgiu, na verdade, em julho último, por ocasião do lançamento da campanha Amazônia Viva, contra queimadas e desmatamento das florestas brasileiras. Ao partirem para a investigação **in loco**, as equipes do ministério e do Ibama, acompanhadas pela imprensa, encontraram metade da madeira ainda dentro da reserva caiapó mas a outra metade já sendo transportada pelo rio Xingu. Todas as toras, conforme ficou comprovado através de fotografias tiradas no local da apreensão, continham as iniciais KBK e PKN, referentes às duas tribos caiapós envolvidas na extração irregular — a Pukanum e a Kubenkrok.

Ameaças — Ao serem descobertas pelos índios, as equipes governamentais assim como a de televisão sofreram várias ameaças por parte dos índios que chegaram a tomar a câmera de filmar, avaliada em 40 mil dólares e mais três fitas. Segundo a assessoria do ministro, todos tiveram que sair do local escondidos.

Ainda assim, as duas madeireiras responsáveis pela extração — CIC-Indústria, Comércio e Exportação Ltda. e Ferreira Madeiras e Desmatamento Ltda. — foram autuadas em flagrante e consequentemente multadas em CR$ 6,5 milhões e CR$ 58 milhões, respectivamente. As duas madeireiras pertencem ao empresário Osmar Alves Ferreira.

Caiapós querem garantir direito dos indígenas ao regime tutelar

Um total de 142 índios, entre guerreiros e caciques, da aldeiaa caiapó do Gorotire, no município de Cumaru do Norte, no Pará, estão em Brasília, esta semana,quando pretendem fazer pressão junto a ministros, parlamentares e ao presidente Itamar Franco, pela aprovação do projeto de lei 2.160/91, do Poder Executivo, que, dando nova redação ao Estatuto do Índio, em seu artigo nono, garante aos índios e às comunidades indígenas, o regime tutelar, segundo informou o responssável pela comitiva dos caiapós, o índio e vereador Tapiêt Kaiapó.

Esta, na verdade, é a segunda vez que eles vêm a Brasília, este ano, para o mesmo fim. Segundo o vereador indígena, na primeira vez, em maio último, eles estiveram com o presidente Itamar que "fez muitas promessas mas que, até agora, não foram cumpridas". Agora, eles exigem que o Governo assuma uma posição clara sobre a questão uma vez que a tutela é de fundamental importância para a garantia dos direitos dos índios no Brasil.

Sempre vestidos à caráter e permanentemente pintados "não com cores de guerra e sim de esperançaa e paz", eles tentarão, hoje, uma audiência com o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, e com o ministro do Meio Ambiente, Fernando Coutinho Jorge. Amanhã, pela manhã, a audiência deverá acontecer com o ministro de Minas e Energia, Paulino Cícero. À tarde eles seguem, todos juntos, para o Congresso Nacional, quando pretendem conversar e pedir o apoio de diversos parlamentares para que aprovem o projeto de lei em questão.

Ainda no Congresso Nacional, o vereador Tapiêt Kaiapó tentará ler, no plenário, um discurso sobre a importância da tutela para índios. "É na manutenção do instituto da tutela — diz o discurso — que o novo estatuto do Índio revela coerência em reconhecer que a sociedade indígena brasileira adquiriu este direito pelo decurso de vinte anos de efetiva proteção social e que suprimí-lo, como querem alguns dos nobres deputados que subscreveram outros substitutivos, é negar a proteção federal de que tanto necessitam os índios e as comunidades indígenas".

"Os índios e as comunidades indígenas — continuam — não aceitam a revogação do instituto da tutela porque ele representa a maior garantia de proteção oficial do Governo federal. Os índios não desejam ser emancipados do regime tutelar, porque simplesmente, não querem ficar sem proteção, ao desamparo da lei".

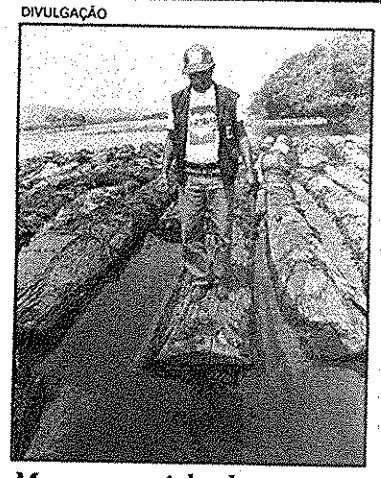
O representante indígena, Tapiêt Kaiapó, garantiu que a vinda dos guerreiros e caciques a Brasília nada tem a ver com o recente episódio envolvendo índios caiapós e extração irregular de madeira.

Controle será permanente

Para o ministro Coutinho Jorge, é chegada a hora de uma ação efetiva e conjunta contra as extrações irregulares de madeira no País quando, inclusive, há suspeitas de que fatos semelhantes estejam ocorrendo em diversas outras regiões. Para isso, foi assinado ontem, pelo ministro da Justiça, Maurício Corrêa, do Meio Ambiente, Coutinho Jorge e das Minas e Energia, Paulino Cícero, portaria conjunta que visa, principalmente, estabelecer programas de cooperação envolvendo ações de fiscalização e controle permanente inclusive em terras indígenas.

"As punições são importantes, porém, uma atuação preventiva é de fundamental importância para que possamos agir com rapidez e, assim, evitar que este tipo de irregularidade continue sendo cometida nas demais reservas indígenas brasileiras", afirmou Coutinho.

DIVULGAÇÃO



Mogno a caminho das serrarias

No esquema montado pela madeireira e os kaiapós, o mogno extraído vinha sendo escoado pelo rio Xingu até São Félix do Xingu. De lá, seguia por rodovia até Tucumã e Xinguara, onde era serrada e pronta para exportação. Segundo cálculos de madeireiros da região, depois de beneficiar as cinco mil 400 toras, Osmar Alves Ferreira teria cerca de 16 mil metros cúbicos de mogno serrado, mercadoria que valeria cerca de 120 milhões de dólares (CR$ 9 bilhões).